

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 21 de outubro de 2011.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as *Normas Internacionais de Relatório Financeiro* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a emissão dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2015.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos sujeitos a esses julgamentos, estimativas e premissas incluem:

- Nota explicativa 24 - receita de comissão: determinação se a Companhia atua como um agente na transação e não como principal;
- Nota explicativa 17 - classificação de arrendamento mercantil;

- Nota explicativa 10 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
 - Nota explicativa 13 - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; e
 - Nota explicativa 19 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- d. Base de mensuração**
As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela mensuração dos instrumentos financeiros derivativos.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

As arrecadações de recursos de terceiros correspondem aos valores recebidos no exercício da atividade de correspondente bancário, em média nos dois ou três últimos dias de cada mês, e são repassados aos agentes no primeiro dia útil do mês subsequente. Não são classificados como caixa e equivalentes de caixa por não pertencerem à Companhia.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, limite de cheque especial bancário (conta garantida), saldos bancários a descoberto, fornecedores, arrendamento mercantil, partes relacionadas e outras contas a pagar.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “swap”, demonstradas na nota explicativa 27.

c. Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, não ajustado ao valor presente pelo julgamento da Administração não considerar aplicável e incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Não há provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis por não haver histórico de perdas e a Administração não esperar que qualquer um dos montantes atualmente em circulação seja incobrável.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado pelo critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição do bem. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2008 ou data posterior.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda

estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído tenha consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa 12, e leva em consideração as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento do exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração entende que as taxas de depreciação representam a expectativa de vida útil dos seus ativos.

As taxas médias ponderadas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estimadas são as seguintes:

	Taxa média
Edificações	4%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10% a 20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Aeronave	6,66%

f. Ativos intangíveis

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando sua utilização efetiva.

(i) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Softwares: 5 anos.
- Fundo de comércio: Prazo de vigência dos contratos de locação.
- Desenvolvimento de *websites*: 10 anos.

g. Arrendamentos mercantis

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional e financeiro.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tais como Imobilizado e Intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). A Companhia considera cada loja individual como unidade geradora de caixa.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Benefícios a empregados

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar o valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Capital social

Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio. O excesso de dividendos a serem distribuído são classificados como dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido.

l. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado (custo das mercadorias vendidas) quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para a utilização serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

m. Receita operacional

(i) Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(ii) Comissão sobre serviços de correspondente bancário

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização por se caracterizar como um correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário se concretiza pelo recebimento do valor das contas pagas pela população em geral, nas dependências da rede de farmácias Pague Menos. Esses valores recebidos precisam ser repassados para o titular do direito em aproximadamente 3 dias. A Companhia recebe por este serviço uma comissão que é mensurada por autenticação nos boletos bancários.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o. Imposto de renda e contribuição social

(i) ***Impostos correntes***

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(ii) ***Impostos diferidos***

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O total do imposto de renda e da contribuição social está constituído por impostos correntes e diferidos. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

p. Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados no ativo circulante, em despesas antecipadas. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

q. Segmentos de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados

utilizando-se sistema de comercialização similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

r. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

s. Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

(i) Contas a pagar a fornecedores

O cálculo do valor presente de fornecedores é efetuado para cada transação com base numa taxa média de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente dos fornecedores é contra estoque e custo dos produtos vendidos no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do custo é considerada despesa financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

t. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia e suas controladas não planejaram adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e bancos	47.348	25.113
Aplicações financeiras de curto prazo	241.648	234.999
	<u>288.996</u>	<u>260.112</u>

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, e estão

destinadas à utilização imediata nas operações da Companhia.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a renda fixa, lastreadas a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxas que variam entre 92,0% e 102,7% (com uma média ponderada de 100,8%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

5 Arrecadação de recursos de terceiros

O saldo da conta Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante, corresponde aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em sua rede de farmácias, e que devem ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Os recursos arrecadados perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 8.891 e R\$ 12.072 em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Os valores registrados na conta Arrecadação de recursos de terceiros, no passivo circulante, de forma similar, referem-se aos débitos a serem repassados aos conveniados quando da atividade de correspondente bancário. Os valores dos débitos a serem repassados, perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 24.663, sendo R\$ 24.369 junto a terceiros e R\$ 294 junto a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 33.667, sendo R\$ 33.537 junto a terceiros e R\$ 130 junto a partes relacionada em 31 de dezembro de 2013).

6 Outros investimentos

	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Circulante	<u>1.803</u>	<u>5.287</u>

Referem-se a aplicações financeiras, substancialmente, a renda fixa, lastreadas a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, e remunerados a taxas média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), classificadas como mantidos até o vencimento, no ativo circulante.

7 Contas a receber de clientes

	31.12.2014	31.12.2013
Cartões de crédito a receber	257.225	204.093
Antecipação de cartões de crédito a receber	(63.503)	(50.312)
Convênios a receber	25.081	15.675
Comissões a receber	<u>1.072</u>	<u>872</u>
	<u>219.875</u>	<u>170.328</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 27. Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos e de debêntures emitidas pela Companhia, os detalhes encontram-se divulgados nas notas explicativas 15 e 16.

8 Estoques

	31.12.2014	31.12.2013
Mercadorias de revenda nas lojas	457.838	411.423
Mercadorias de revenda nos centros de distribuição	462.090	329.150
Materiais para uso e consumo	2.426	815
	<u>922.354</u>	<u>741.388</u>

A Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais no exercício, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias ainda em estoque, utilizando uma taxa entre 11,23% a.a. e 12,94% a.a. na data de cada operação (ver explicação na nota explicativa 14). O efeito do AVP do saldo de fornecedores foi de R\$ 18.893 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 13.127 em 31 de dezembro de 2013), apresentado líquido no saldo de estoque.

9 Impostos e contribuições a recuperar

	31.12.2014		31.12.2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	6.454	-	188	-
IRPJ e CSLL(b)	12.713	-	1.432	-
PIS e COFINS (c)	2.407	5.488	2.257	7.020
INSS (d)	3.526	-	3.180	-
IRRF	6.247	168	973	8
	<u>31.347</u>	<u>5.656</u>	<u>8.030</u>	<u>7.028</u>

- (a) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Companhia, localizada no Estado do Ceará.

O acréscimo verificado na conta de ICMS a recuperar é originado das operações nos estados do Ceará e de Goiás. Com relação ao Ceará, deve-se às operações com os produtos vinculados à Resolução No. 13 do Senado Federal. Já em relação à Goiás, o acréscimo é por conta da Subvenção para Investimentos, aliado à abertura de novas lojas no estado de Goiás. No caso do Ceará, o crédito será plenamente compensado com os valores devidos na entrada de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária. Em relação à Goiás o crédito será plenamente compensado nas operações com as mercadorias sujeitas ao regime de apuração normal do ICMS.

- (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.
- (c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não-cumulatividade estabelecido pelas Leis nºs. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.
- (d) Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS): são créditos oriundos do pagamento do INSS sobre 1% da receita bruta referente ao mês de junho, conforme regulamentava a Lei 12.715/12 sobre a desoneração da folha de pagamento, o qual também foi posteriormente calculado e pago sobre a folha de pagamento.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A recuperação do valor do ativo fiscal diferido é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Origem dos créditos fiscais diferidos	31.12.2014	31.12.2013
Prejuízo fiscal (b)	11.475	11.910
Diferenças temporárias (c)	1.234	1.126
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC (c)	(16.308)	(6.193)
Total	(3.599)	6.843
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	25.378	14.429
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(28.977)	(7.586)
Efeito líquido	(3.599)	6.843

a. Conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos

	31.12.2014	31.12.2013
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	128.207	125.467
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada [A] * [B] = [C]	43.590	42.659
Adições permanentes: [E]	2.676	3.178
Multas não dedutíveis	536	315
Efeito caixa pela liquidação dos <i>swaps</i> (Lei 11.951/04)	566	-
Outras adições permanentes	1.574	2.863
Exclusões permanentes: [F]	95.860	81.371
ICMS sobre operações interestaduais	67.605	65.659
JSCP	18.294	14.753
Efeito caixa pela liquidação dos <i>swaps</i> (Lei 11.051/04)	8.924	-
Outras exclusões permanentes	1.037	959
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do exercício após adições/exclusões (([C] + ([E] - [F]) * 34%) = [G]	11.908	16.073
Alíquota efetiva [G]/[A]	9,29%	12,81%

b. Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ)

A movimentação dos saldos existentes entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 pode assim ser demonstrada:

	IRPJ
Saldo em 1 de janeiro de 2013	<u>14.414</u>
Compensação de Prejuízo fiscal	(2.504)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>11.910</u>
Compensação de Prejuízo fiscal	(504)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>11.475</u>

c. Composição dos tributos diferidos oriundos das diferenças temporárias e dos ajustes da adoção do CPC

	Saldo em 01.01.13	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31.12.13	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31.12.14
Custo atribuído	(159)	46	(113)	47	(66)
Capitalização dos juros	(974)	(1.541)	(2.515)	(760)	(3.275)
Ajuste a valor de mercado	425	(3.719)	(3.294)	(9.528)	(12.822)
Custos com <i>IPO</i>	(1.617)	1.617	-	-	-
Outras provisões	<u>2.315</u>	<u>(1.460)</u>	<u>855</u>	<u>234</u>	<u>1.089</u>
Total	<u>(10)</u>	<u>(5.057)</u>	<u>(5.067)</u>	<u>10.007</u>	<u>15.074</u>

d. Segregação entre tributos diferidos ativos e passivos

	31.12.2014	31.12.2013
Custo atribuído	(66)	(113)
Capitalização dos juros	(3.275)	(2.515)
Provisão para contingências	1.234	1.126
Ajuste a valor presente	(145)	(271)
Ajuste a valor de mercado	(12.822)	(3.294)
Prejuízo fiscal	<u>11.475</u>	<u>11.910</u>
Total	<u>(3.599)</u>	<u>6.843</u>

e. Expectativa de realização

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

Anos	R\$
2015	2.936
2016	6.655
2017	<u>1.884</u>
	<u>11.475</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

		31.12.2014		31.12.2013	
Partes relacionadas	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Adiantamento a terceiros					
Sevla Participações S.A. (g)	Consultoria de gestão	53	-	-	-
Outros créditos					
Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (c)	Serviços de corretagem	1	-	1	-
Adiantamentos					
Renda Participações S.A. (a)	Adiantamentos	29.660	-	7.800	-
Dupar Participações S.A. (b)	Adiantamentos	28.214	-	20.310	-
Francisco Deusmar de Queirós (e)	Adiantamentos	-	-	5.460	-
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (d)	Adiantamentos	2.163	-	2.163	-
		60.037	-	35.733	-
Fornecedores					
Sevla Participações S.A. (h)	Consultoria de gestão	-	-	-	20
Biomatika Ind. e Com de Produtos Naturais S.A.(h)	Fornecimento de mercadorias	-	992	-	-
ePharma PBM do Brasil S.A. (f)	Gerenciamento de programas de benefícios	11.295	192	-	201
L’auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (i)	Transporte rodoviário de mercadorias	-	4.230	-	-
Arrecadação de recursos de terceiros					
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (d)	Arrecadação de recursos de terceiros	-	294	-	130
Juros sobre capital próprio					
Acionistas	JSCP	-	7.756	-	2.432
Total		71.386	13.464	35.734	2.783
Circulante		71.386	13.464	1	2.783
Não circulante		-	-	35.733	-

- (a) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Além das transações de adiantamentos entre as partes relacionadas, existem operações de locações de imóveis entre a Companhia (locatária) e sua parte relacionada. Em 31 de dezembro de 2014, existem 21 imóveis (dos quais 12 são lojas em funcionamento) em locação impactando o resultado em R\$ 4.440 durante os doze meses de 2014 (R\$ 3.736 em 2013). Não há saldo de aluguéis a pagar em 31 de dezembro de 2014.

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A. e de terceiros, está apresentada na nota explicativa 17.

No decorrer de 2014, foi transacionado o montante de R\$ 31.520 (R\$ 17.147 em 2013) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia. As operações de adiantamentos junto à Renda Participações S.A. são liquidadas através do pagamento de aluguéis recebidos pela Renda Participações S.A. mensalmente ou também através de despesas de natureza diversas.

- (b) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Além das transações de adiantamentos entre as partes relacionadas, existem operações de locações de imóveis entre a Companhia (locatária) e sua parte relacionada. Em 31 de dezembro de 2014 existem 298 contratos de imóveis de propriedade da Dupar e alugados pela Companhia (locatária). O impacto no resultado dos doze meses de 2014 foi de R\$ 45.408 (R\$ 32.753 em 2013). Não há saldo de aluguéis a pagar em 31 de dezembro de 2014. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na nota explicativa 17.

No decorrer de 2014, foi transacionado o montante de R\$ 11.145 (R\$ 30.383 em 2013) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia. As operações de adiantamentos junto à Dupar Participações S.A. são liquidadas através do pagamento de aluguéis recebidos pela Dupar Participações S.A. mensalmente ou também através de despesas de natureza diversas.

- (c) Pax Corretora de Valores e Cambio Ltda. - Atua como agente intermediário na compra e venda de ações no mercado financeiro.

No decorrer do exercício de 2013 e em 2014 não ocorreram transações. O saldo a receber com esta parte relacionada em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 1.

- (d) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. - Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Nos doze meses de 2014 foi transacionado R\$ 7.140 de créditos com essa parte relacionada, remanescendo um saldo a pagar de R\$ 294. Em 2013 foi transacionado o montante de R\$ 1.662.

Ao longo do exercício de 2013 o saldo dos demais adiantamentos foi zerado remanescendo o saldo a receber de R\$ 2.163 a ser compensado em períodos posteriores.

- (e) Francisco Deusmar de Queirós - Principal acionista da Companhia com 70% de controle do capital societário.

No quarto trimestre de 2014 o saldo de adiantamento com esta parte relacionada aberto deste 2013 foi quitado (em 2013 foi transacionado de débitos no ativo o montante de R\$ 18.142).

- (f) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Em 2014 foi transacionado no resultado o montante de R\$ 1.884 (R\$ 2.429 em 2013). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014 soma R\$ 192. O valor do ativo refere-se a venda de medicamentos transacionadas pelo programa a ser repassado à Pague Menos conforme agenda.

- (g) Sevla Participações S.A. - Tem como objetivo principal a atividades de consultoria em gestão empresarial.

Em 2014 foi transacionado no ativo o montante de R\$ 496. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014 permanece de R\$ 53. No passivo como contrapartida do resultado o montante transacionado em 2014 foi de R\$ 3.411 e não remanesce saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014. Em 2013 esta Companhia não era considerada como parte relacionada.

- (h) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A. - Tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.
- Em 2014 foi transacionado o montante de R\$ 6.431. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014 soma R\$ 992. Em 2013 esta Companhia não era considerada como parte relacionada.
- (i) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. - Tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral.
- Em 2014 foi transacionado o montante de R\$ 37.410. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014 soma R\$ 4.230. Em 2013 esta Companhia não era considerada como parte relacionada.

As operações de adiantamentos entre as partes relacionadas não prevêem cláusulas de atualizações (juros e atualização monetária) e não possuem prazos de vencimentos.

As entidades listadas abaixo são consideradas partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05 (IAS 24), porém, não possuíram transações no exercício:

- Gráfica Boa Letra Ltda.;
- Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Boa Terra - Corretora de Seguros Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Grêmio Recreativo Pague Menos;
- Pague Menos Comércio e Importação Ltda.;
- Pague Menos Fidelização e Eventos Ltda.;

A remuneração total dos administradores totalizou R\$ 1.950, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.761 em 2013) e está relacionada apenas a benefícios de curto prazo. A Companhia não possui política de Benefícios pós-emprego (previdência privada) e remuneração baseada em ações.

Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos, sem custo para a Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	Saldo garantido em 31.12.2014
Francisco Deusmar de Queirós	422.341
Aval	422.341
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves	214.954
Aval	214.954
Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge	36.645
Aval	36.645
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiranilson Alves e cônjuges	115.004
Aval	82.096
Fiança	32.908
Dupar Participações S.A.	89.959
Aval	79.059
Imóvel	10.900

12 Imobilizado

	Obras em andamento	Benefeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronave	Equipamentos de informática	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo										
Saldos em 1 de janeiro de 2013	25.228	166.478	15.567	28.932	14.770	4.158	13.095	30.340	25.967	324.535
Adições	50.488	39.026	3.375	4.309	4.717	60	-	4.247	-	106.222
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	5.120	-	-	-	-	-	-	-	5.120
Transferências	(6.809)	5.799	109	297	604	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	(35)	-	(24)	(5.406)	(5.465)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	68.907	216.423	19.051	33.538	20.091	4.183	13.095	34.563	20.561	430.412
Adições	9.072	43.935	5.086	5.721	8.526	118	-	3.624	-	76.082
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	3.901	-	-	-	-	-	-	-	3.901
Transferências	(63.496)	48.308	1.071	12.812	919	-	-	386	-	-
Baixas	-	-	-	(6)	-	(484)	-	-	(5)	(495)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.483	312.567	25.208	52.065	29.536	3.817	13.095	38.573	20.556	509.900
Taxas de depreciação	-	10% a 20% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.	6,66% a.a.	20% a.a.	-	
Depreciação										
Saldos em 1 de janeiro de 2013	-	(58.429)	(6.619)	(7.910)	(3.956)	(2.708)	(1.597)	(16.200)	-	(97.419)
Depreciação no período	-	(33.393)	(1.344)	(3.032)	(1.539)	(475)	(873)	(3.532)	-	(44.188)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(137)	-	-	-	-	-	-	-	(137)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(586)	-	-	-	-	-	-	-	(586)
Transferências	-	3	-	(3)	-	-	-	-	-	-
Estornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	22	-	2	-	24
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(92.542)	(7.963)	(10.945)	(5.495)	(3.161)	(2.470)	(19.730)	-	(142.306)
Depreciação no período	-	(47.939)	(1.832)	(4.422)	(2.145)	(456)	(873)	(3.199)	-	(60.866)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(137)	-	-	-	-	-	-	-	(137)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(1.665)	-	-	-	-	-	-	-	(1.665)
Transferências	-	1	-	(1)	-	-	-	-	-	-
Estornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	3	-	484	-	-	-	487
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(142.282)	(9.795)	(15.365)	(7.640)	(3.133)	(3.343)	(22.929)	-	(204.487)
Valor contábil										
Saldos em 31 de dezembro de 2013	68.907	123.881	11.088	22.593	14.596	1.022	10.625	14.833	20.561	288.106
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.483	170.285	15.413	36.700	21.896	684	9.752	15.644	20.556	305.413

As adições ao imobilizado referem-se às aquisições de ativos operacionais, benfeitorias em imóveis de terceiros na construção de novas lojas, modernização da central de distribuição e das instalações e modernizações das lojas já existentes e investimentos em equipamentos de informática.

Os bens mantidos no ativo imobilizado, totalmente depreciados, somam R\$ 51.927 até 31 de dezembro de 2014 (R\$ 42.027 até 31 de dezembro de 2013). O saldo é formado substancialmente pela depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros as quais foram depreciadas pelo prazo de contrato do imóvel, que, em média, é de 5 anos. A Companhia não possui ativo imobilizado temporariamente ocioso.

Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa, exceto pela transação já mencionada anteriormente.

a. Custo atribuído

A Companhia vem calculando a depreciação sobre o montante agregado contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$ 137 em cada exercício. O maior efeito do custo atribuído foi sobre terrenos e, portanto, sem efeito de depreciação.

b. Imobilizado em construção

A Companhia possui estabelecimentos (lojas) em construção, sendo 48 lojas em 31 de dezembro de 2014 (49 lojas e 1 centro de distribuição em 31 de dezembro de 2013). O saldo dos custos incorridos com lojas em construção até a data da demonstração financeira totalizavam R\$ 14.483 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 68.907 em 31 de dezembro de 2013). Tais montantes incluem os custos de empréstimos capitalizados.

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$ 3.901 em 2014 (R\$ 5.120 em 2013). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 11,23% a 12,94% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção dos estabelecimentos da Companhia.

c. Provisão para redução no valor recuperável (*impairment*)

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativo.

Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Companhia não indicou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

13 Intangível

	Vida útil indefinida	Vida útil definida			
	Marcas e patentes	Fundo de comércio (<i>Key money</i>)	Softwares	Desenvolvimento de websites	Total
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.195	8.372	7.144	69	19.780
Adições	-	400	1.297	-	1.697
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.195	8.772	8.441	69	21.477
Adições	94	1.494	1.548	-	3.136
Baixas	-	-	-	(6)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.289	10.266	9.989	63	24.607
Amortização					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(1.526)	(2.027)	(1)	(3.554)
Amortização	-	(1.018)	(1.612)	(7)	(2.637)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(2.544)	(3.639)	(8)	(6.191)
Amortização	-	(1.359)	(1.836)	(6)	(3.201)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(3.903)	(5.475)	(14)	(9.392)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2013	4.195	6.228	4.802	61	15.286
Em 31 de dezembro de 2014	4.289	6.363	4.514	49	15.215

(*) A amortização do fundo de comércio (*Key money*) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas, os quais possuem uma média de 60 meses (5 anos).

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de Despesas administrativas e gerais.

Fundo de comércio (*Key money*)

Fundo de comércio (*Key money*) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, através de contrato

particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

Desenvolvimento de *websites*

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

Teste de valor recuperável de marcas e patentes

A Companhia aplicou teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível na conta Marcas e Patentes, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento da operação, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação da Companhia, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais aplicadas:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 19% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico, e sua expectativa quanto à evolução dos custos das mercadorias no contexto do crescimento das vendas projetado.
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas.
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto, a qual reflete o custo de oportunidade da Companhia (WACC).

Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

14 Fornecedores

a. Composição da conta

	31.12.2014	31.12.2013
Fornecedores	641.785	556.237
(-) Crédito por devoluções	(296.150)	(211.830)
	<u>345.635</u>	<u>344.407</u>

O efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi de R\$ 16.658 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 10.465 em 31 de dezembro de 2013), apresentado líquido no saldo de fornecedores.

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média correspondente a 11,35% a.a. e 12,94% a.a., considerando um prazo médio de pagamento de 56 a 80 dias, sendo este critério uniforme para os exercícios de 2014 e 2013.

Em atendimento à Deliberação nº. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 (IAS 39), a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros acima citadas que refletem a natureza desses ativos no que tange ao prazo, risco, moeda e condição de recebimento prefixada ou pós-fixada.

A taxa utilizada para o desconto dos fluxos corresponde à Taxa Média Ponderada de Capital (WACC - *Weighted Average Cost of Capital*) da Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, que, por sua vez, é calculada através da ponderação do custo de capital de terceiros líquido e do capital próprio, este último, calculado através da metodologia CAPM - *Capital Asset Pricing Model*.

Os créditos por devoluções referem-se a negociações com os fornecedores relacionadas à troca e/ou retiradas de mercadorias, ou seja, os créditos por devoluções funcionam como notas de créditos.

b. Por vencimento (sem efeito do AVP)

	31.12.2014	31.12.2013
A vencer		
1 a 30 dias	247.653	234.740
31 a 60 dias	167.136	150.176
61 a 90 dias	112.297	76.215
Acima de 91 dias	104.107	89.353
Subtotal	631.193	550.484
Títulos contra-apresentação	27.250	16.218
Total	658.443	566.702

c. Concentração da carteira (sem efeito do AVP)

	31.12.2014		31.12.2013	
Fornecedores				
Maior fornecedor	55.792	8%	68.052	12%
do 2º ao 25º	369.633	56%	293.928	52%
do 26º ao 50º	89.981	14%	84.295	15%
Demais fornecedores	143.037	22%	120.427	21%
Total	658.443	100%	566.702	100%

15 Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos e empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Mais informações sobre a

exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez contam na nota explicativa 27 - Instrumentos financeiros.

a. Composição da conta

Banco	Tipo	Índice	Taxa de juros	31.12.2014	31.12.2013
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a 4,7% a.a.	302	521
Banco do Brasil	Finame	-	4,5% a 8,7% a.a.	1.656	2.670
Banco do Brasil	Financiamento veículo	-	16,08% a.a.	7	71
Banco do Brasil	FCO	-	3,5% a.a.	36.645	-
Banco do Brasil	Capital de giro - swap	CDI	0,93% a.a.	39.632	-
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro	-	8,5% a.a.	32.761	48.460
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	-	3,5% a.a.	22.326	-
Bradesco	Capital de giro	CDI	1,55% a.a.	3.773	6.978
Bradesco	Finame	-	3% a 3,5% a.a.	3.006	2.584
Itaú	Capital de giro - swap	CDI	1,24% a 2,20% a.a.	245.489	190.273
Itaú	Capital de giro	CDI	1,72% a 3,66% a.a.	41.416	36.797
Itaú	Garantida	CDI	-	-	4.925
Safra	Capital de giro - swap	CDI	1,20% a.a.	72.607	73.844
Santander Real	Capital de giro - swap	CDI	1,75% a.a.	77.935	-
Santander Real	Compror	CDI	1,68% a 1,98% a.a.	-	2.770
Santander Real	Capital de giro	CDI	1,65% a 2,4% a.a.	1.125	16.279
Total de financiamentos e empréstimos (líquidos das Operações com Derivativos)				578.680	386.172
Financiamentos e empréstimos - circulante (líquidos das Operações com Derivativos)				233.199	101.334
Operações com Derivativos ativo - circulante				22.755	8.783
Total dos financiamentos e empréstimos - circulante				255.954	110.117
Financiamentos e empréstimos - não circulante (líquidos das Operações com Derivativos)				345.481	284.838
Operações com Derivativos ativo - não circulante				28.140	5.732
Total dos financiamentos e empréstimos - não circulante				373.621	290.570

Os saldos dos financiamentos e empréstimos circulante e não circulante são apresentados no balanço patrimonial de forma segregada das respectivas operações com derivativos.

Em 30 de dezembro de 2013 o BNB concedeu à Companhia uma linha de crédito de R\$ 76.046 providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) sendo este crédito deferido para a construção de novas lojas à uma taxa efetiva de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% sobre os juros. No dia 12 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 12.814 foi liberado. A referida linha de crédito possui carência de 36 meses findando-se em 2026 e a liberação dos recursos remanescente dar-se-á com o decorrer das construções das novas lojas.

Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

b. Por moeda

	31.12.2014	31.12.2013
Em moeda nacional	143.017	122.054
Em moeda estrangeira, dólar	435.663	264.118
Total	578.680	386.172

O saldo da carteira de empréstimos em moeda estrangeira estão atrelados aos swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

c. Cronograma de desembolso

	31.12.2014	31.12.2013
Vencimentos		
2014	-	101.334
2015	233.199	211.721
2016	186.686	44.900
2017	99.700	27.858
2018	17.324	359
2019	6.755	-
Acima de 2019	35.016	-
Total	578.680	386.172

d. Garantias

Além das fianças, avais e/ou garantias prestadas pelas partes relacionadas pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas, apresentadas na nota explicativa 11 - Partes relacionadas, ainda existem outros tipos de garantias para os financiamentos e empréstimos contratos pela Companhia, conforme discriminadas no quadro abaixo:

Banco/Garantia	Saldo existente em 31.12.2014
Banco do Brasil	12.865
Imóvel da parte relacionada Dupar Participações S.A.	10.900
Alienação fiduciária de bens	1.965
Bradesco	6.779
Alienação fiduciária de bens	3.006
Cessão fiduciária de direitos creditórios	3.773
Itaú	71.726
Cessão fiduciária de direitos creditórios	71.726
Safra	39.675
Cessão fiduciária de direitos creditórios	14.522
Fiança sobre a operação FNE ref. ao contrato No. 12.2013.12124.13211 captada com o Banco do Nordeste do Brasil	25.153

e. Cláusulas restritivas

Com exceção das Debêntures, a Companhia não possui contratos de financiamentos e empréstimos com *covenants*.

16 Debêntures

a. Composição da conta

	31.12.2014		31.12.2013	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não Circulante
1ª emissão de debêntures	86.742	44.230	96.344	121.950
2ª emissão de debêntures	32.124	67.222	22	99.046
3ª emissão de debêntures	(368)	113.447	-	-
	<u>118.498</u>	<u>224.899</u>	<u>96.366</u>	<u>220.996</u>

1ª emissão de debêntures

Em 14 de maio de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 260.000 integralmente captados pelo Banco do Brasil S.A. em 18 de maio de 2012 e serão destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro.

Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>96.344</u>	<u>121.950</u>	<u>218.294</u>
Transferência circulante e não circulante - custo de captação	(1.256)	1.256	-
Realização do custo de captação	503	(1)	502
Encargos	17.721	3.582	21.303
Amortizações do principal	(86.666)	-	(86.666)
Amortizações de juros	(22.461)	-	(22.461)
Transferência circulante e não circulante - principal e juros	<u>82.557</u>	<u>(82.557)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>86.742</u>	<u>44.230</u>	<u>130.972</u>

b. Características da 1ª emissão de debêntures

Número da emissão:	1ª emissão
Série:	Única
Data de emissão:	18/05/2012
Data de vencimento:	18/05/2016
Quantidade:	26 mil debêntures
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 260.000
Espécie:	Quirografia
Tipo e forma:	Escritural e nominativas
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,19% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carência.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de

Amortização programada da remuneração:	2015 e 18 de maio de 2016. 18 de novembro de 2012, 18 de maio de 2013, 18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.
--	--

c. Garantias

Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

Garantia fidejussória

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

d. Cláusulas restritivas (*Covenants*)

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

Os indicadores acompanhados são os seguintes:

	Índice requerido	Índice obtido
Dívida financeira líquida/ EBITDA	= < 3 vezes	1,91
EBITDA/ Despesa financeira líquida	> = 1,3 vezes	5,67

Os valores bases para cálculo do índice obtivo são os seguintes:

	31.12.2014
Saldo de Caixa e Equivalentes de caixa [A]	288.996
Saldo de Empréstimos e financiamentos e Debêntures [B]	<u>922.077</u>
Dívida financeira líquida [B] - [A] = [C]	<u>633.081</u>
Juros sobre Empréstimos e financiamentos e Debêntures [D]	55.950
Juros de antecipação de recebíveis [E]	<u>2.699</u>
Despesa financeira líquida [D] + [E] = [F]	<u>58.649</u>
EBTIDA últimos 12 meses [G]	<u>332.319</u>
Índice obtido: Dívida financeira líquida/ EBITDA [C]/[G]	<u>1,91</u>

31.12.2014

Índice obtido: EBITDA/ Resultado financeiro [G]/[F]

5,67

2ª emissão de debêntures

Em 12 de dezembro de 2013, através de RCA - Reunião do Conselho de Administração, a Companhia aprovou a 2ª emissão de Debêntures simples. Os recursos captados no montante de R\$ 100.000 foram liberados em 18 de dezembro de 2013 e serão destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro, sendo que, para todos os fins.

e. Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>22</u>	<u>99.046</u>	<u>99.068</u>
Transferência circulante e não circulante - custo de captação	(635)	635	-
Realização do custo de captação	318	-	318
Encargos	11.612	-	11.612
Amortizações de juros	(11.652)	-	(11.652)
Transferência circulante e não circulante - principal e juros	<u>32.459</u>	<u>(32.459)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>32.124</u>	<u>67.222</u>	<u>99.346</u>

f. Características da 2ª emissão de debêntures

Número da emissão:	2ª emissão
Série:	Única
Data de emissão:	18/12/2013
Data de vencimento:	18/12/2017
Quantidade:	10 mil debêntures
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 100.000
Espécie:	Quirografária
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,20% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carência.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	18 de junho de 2015, 18 de dezembro de 2015, 18 de junho de 2016, 18 de dezembro de 2016, 18 de junho de 2017 e 18 de dezembro de 2017.
Amortização programada da remuneração:	18 de junho de 2014, 18 de dezembro de 2014, 18 de junho de 2015, 18 de dezembro de 2015, 18 de junho de 2016, 18 de dezembro de 2016, 18 de junho de 2017 e 18 de dezembro de 2017.

g. Garantias

Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

Garantia fidejussória

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

h. Cláusulas restritivas (*Covenants*)

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

Os indicadores acompanhados são os seguintes:

	Índice requerido	Índice obtido
Dívida financeira líquida/ EBITDA	= < 3 vezes	1,91
EBITDA/ Resultado financeiro	> = 1,3 vezes	2,40

Os valores bases para cálculo do índice obtivo são os seguintes:

	31.12.2014
Saldo de Caixa e Equivalentes de caixa [A]	288.996
Saldo de Empréstimos e financiamentos e Debêntures [B]	<u>922.077</u>
Dívida financeira líquida [B] - [A] = [C]	<u>633.081</u>
Receita financeira [D]	118.191
Despesa financeira [E]	<u>256.434</u>
Resultado financeiro [E] - [D] = [F]	<u>138.243</u>
EBTIDA últimos 12 meses [G]	<u>332.319</u>
Índice obtido: Dívida financeira líquida/ EBITDA [C]/[G]	<u>1,91</u>
Índice obtido: EBITDA/ Resultado financeiro [G]/[F]	<u>2,40</u>

3ª emissão de debêntures

Em 26 de novembro de 2014, através de RCA - Reunião do Conselho de Administração, a Companhia aprovou a 3ª emissão de Debêntures simples. Os recursos captados no montante de R\$ 114.000 foram liberados em 8 de dezembro de 2014 e serão destinados a: i) alongamento do

endividamento da Companhia; e ii) capital de giro, sendo que, para todos os fins.

i. Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-
Ingressos	-	114.000	114.000
Custo de captação	(389)	(1.217)	(1.606)
Transferência circulante e não circulante - custo de captação	-	-	-
Realização do custo de captação	21	-	21
Encargos	-	664	664
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(368)	113.447	113.079

j. Características da 3ª emissão de debêntures

Número da emissão:	3ª emissão
Série:	Única
Data de emissão:	08/12/2014
Data de vencimento:	08/12/2018
Quantidade:	11,4 mil debêntures
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 114.000
Espécie:	Quirografia
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,50% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carência.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	08 de junho de 2016, 08 de dezembro de 2016, 08 de junho de 2017, 08 de dezembro de 2017, 08 de junho de 2018 e 08 de dezembro de 2018.
Amortização programada da remuneração:	08 de junho de 2015, 08 de dezembro de 2015, 08 de junho de 2016, 08 de dezembro de 2016, 08 de junho de 2017, 08 de dezembro de 2017, 08 de junho de 2018 e 08 de dezembro de 2018.

k. Garantias

Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

Garantia fidejussória

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

I. Cláusulas restritivas (*Covenants*)

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

Os indicadores acompanhados são os seguintes:

	Índice requerido	Índice obtido
Dívida financeira líquida/ EBITDA	= < 3 vezes	1,91
EBITDA/ Resultado financeiro	> = 1,3 vezes	2,40

Os valores bases para cálculo do índice obtivo são os seguintes:

	31.12.2014
Saldo de Caixa e Equivalentes de caixa [A]	288.996
Saldo de Empréstimos e financiamentos e Debêntures [B]	<u>922.077</u>
Dívida financeira líquida [B] - [A] = [C]	<u>633.081</u>
Receita financeira [D]	118.191
Despesa financeira [E]	<u>256.434</u>
Resultado financeiro [E] - [D] = [F]	<u>138.243</u>
EBTIDA últimos 12 meses [G]	<u>332.319</u>
Índice obtido: Dívida financeira líquida/ EBITDA [C]/[G]	<u>1,91</u>
Índice obtido: EBITDA/ Resultado financeiro [G]/[F]	<u>2,40</u>

17 Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos como arrendatário

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados do seguinte fluxo de pagamento:

Vencimentos	31.12.2014	31.12.2013
2014	-	94.855
2015	115.233	76.812
2016	96.538	63.238
2017	82.205	52.672
2018	56.059	35.027
2019	30.624	11.830
Após 2019	<u>43.270</u>	<u>26.378</u>

	423.929	360.812
Terceiros	270.062	214.485
Partes relacionadas	<u>153.867</u>	<u>146.327</u>
Total	<u>423.929</u>	<u>360.812</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía 819 contratos de arrendamento operacional, os quais se referem aos aluguéis das lojas, dos centros de distribuições, da matriz da Companhia e de alguns estacionamentos. Parte destes contratos referem-se às 453 lojas alugadas de terceiros, 273 lojas alugadas da Dupar Participações S.A. e 12 lojas alugadas da Renda Participações S.A todas já em funcionamento.

Esses arrendamentos têm prazo de duração em média de 5 anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato. Para a projeção dos contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e, para as partes relacionadas a taxa de oportunidade da Companhia.

Para os aluguéis relativos à parte relacionada, Dupar Participações S.A. foi considerado o valor mínimo dos aluguéis dos imóveis que é de R\$ 8, atualizado anualmente pelo IGP-M, ou o percentual de 2,5% do faturamento da respectiva loja, o que for maior.

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Foi reconhecido como despesa no resultado de 2014 o montante de R\$ 122.906, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 98.381 em 2013).

Nos termos dos contratos de aluguéis, o montante de R\$ 5.663 foi reconhecido como despesa de manutenção em 2014, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 4.340 em 2013).

18 Impostos e contribuições a recolher

	31.12.2014	31.12.2013
ICMS	30.510	29.365
CSLL - Contribuição social	-	107
IRRF	4.604	1.466
ISS	108	46
INSS	10.946	8.745
FGTS	3.409	2.824
Contribuição sindical - Empregados	359	272

Outros impostos contribuições a recolher	198	363
	<u>50.134</u>	<u>43.188</u>

A Companhia atua em diversos Estados da federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal e/ou substituição tributária aplicados em cada Estado em que opera.

19 Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

a. Composição da conta

	31.12.2014	31.12.2013
Administrativas	475	461
Cíveis	990	1.644
Trabalhistas	2.129	1.205
Tributárias	36	-
	<u>3.630</u>	<u>3.310</u>

O valor provisionado referente às contingências cíveis acima descritos são formados por causas cujos valores individuais pulverizados e são decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

O saldo das contingências trabalhistas acima descritos são formados por causas cujos valores individuais pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia detinha demandas judiciais, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, no montante de R\$ 17.267 e R\$ 14.353, respectivamente, para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Movimentação dos processos no exercício

2013	Saldo inicial	Adição a	Reversão a	Utilização da	Saldo final
------	---------------	----------	------------	---------------	-------------

	31.12.12	provisão	provisão	provisão	31.12.13
Administrativas	572	24	(135)	-	461
Cíveis	962	1.040	(358)	-	1.644
Trabalhistas	2.410	2.655	(2.183)	(1.677)	1.205
	<u>3.944</u>	<u>3.719</u>	<u>(2.676)</u>	<u>(1.677)</u>	<u>3.310</u>
2014	Saldo inicial 31.12.13	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31.12.14
Administrativas	461	17	(3)	-	475
Cíveis	1.644	1.142	(1.795)	(1)	990
Trabalhistas	1.205	4.818	(3.273)	(621)	2.129
Tributárias	-	36	-	-	36
	<u>3.310</u>	<u>6.013</u>	<u>(5.071)</u>	<u>(622)</u>	<u>3.630</u>

20 Adoção antecipada da MP 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da RFB 1.397 (IN 1.397) e em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627). Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos e base de cálculo dos juros sobre o capital próprio durante a vigência do RTT. Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A conversão em Lei (12.973/2014) em 13 de maio de 2014, da então Medida Provisória nº 627, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014, de forma independente e irretratável.

A Companhia junto a seus assessores jurídicos e controladores avaliou os efeitos da matéria para estas demonstrações financeiras e decidiu pela opção antecipada para o exercício de 2014. Não houve impacto fiscal tendo em vista que todos os ajustes anteriormente efetuados pela Companhia com base nas regras do Regime Tributário de Transição (RTT) passaram a ter previsão legal expressa em lei, não alterando as bases de cálculo dos tributos.

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 300.000.000 de ações ordinárias escriturais sem valor nominal, perfazendo um montante total de R\$ 340.000 (R\$ 220.000 em 31 de dezembro de 2013).

Em 18 de agosto de 2014, através da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovada por unanimidade o aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 120.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício findo em 2014 o montante de R\$ 5.815 foi destinados para a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de reserva legal é de R\$ 27.286 (R\$ 21.471 em 31 de dezembro de 2013).

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 23 - Subvenção governamental.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo do incentivo fiscal foi de R\$ 72.008 (R\$ 124.403 em 31 de dezembro de 2013).

c. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da depreciação ou alienação dos ativos a que elas se referem.

O montante de realização no exercício de 2014 foi de R\$ 90 (R\$ 90 em 2013).

d. Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre capital próprio será atribuído ao dividendo obrigatório.

As remunerações aos acionistas referentes ao exercício de 2014 e 2013 foram pagas em forma de Dividendos e Juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia.

A Companhia efetuou no exercício o cálculo dos juros sobre capital próprio de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, e o montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2014 e 2013, foi de R\$ 18.294 e R\$ 14.753, respectivamente.

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 207/96.

Não há provisão adicional para complemento da remuneração aos acionistas (dividendos obrigatórios) no exercício findo em 2014 e 2013. A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido do exercício	116.299	109.394
(-) Reserva legal	(5.815)	(5.470)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(67.605)	(65.659)
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	90	90
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	42.969	38.355
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendo anual - mínimo obrigatório	10.742	9.589

Juros sobre capital próprio calculado	18.294	14.753
Juros sobre capital próprio - limite do mínimo obrigatório	10.742	9.589
Juros sobre capital próprio - excedente ao mínimo obrigatório	7.552	5.164
Dividendos adicionais propostos	24.675	23.602

A parcela do dividendo excedente ao mínimo obrigatório, incluindo o valor que foi calculado e distribuído sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme demonstrado acima, está sendo destinado para a reserva de dividendos adicionais propostos conforme preconizado pela Interpretação do Pronunciamento Contábil - ICPC 08. Esta reserva, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 25.449, foi deliberada para pagamento aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2015.

Não houve dividendos distribuídos antecipadamente para o exercício de 2014.

22 Lucro líquido por ação

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme o quadro abaixo:

	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	116.299	109.394
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício (lote de mil)	300.000	300.000
Resultado por ação básico e diluído- R\$	0,39	0,36

23 Subvenção governamental

A Companhia possui um regime especial de tributação (RET) relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido, ao próprio Estado do Ceará, por substituição tributária nas operações dentro do Estado.

O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias transferidas para outras unidades da federação e garante que seja recolhido o complemento de ICMS por uma carga líquida correspondente a 3,27%, 6% ou 8,5%, dependendo da alíquota dentro do Estado do Ceará aplicável à mercadoria (se 7%, 12% ou 17%, respectivamente).

Tais percentuais substituem os percentuais de carga líquida, normalmente aplicáveis, previstos nos artigos 546 a 548-H do Decreto Cearense nº. 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS do Estado do Ceará), que são os seguintes: (i) de 2,7%, 4,7% ou 6,8%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 7%; (ii) de 4,6%, 8,1% ou 11,6%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 12%; e (iii) de 6,5%, 11,5% ou 16,5%, também a depender da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 17%.

A Companhia tem atendido sistematicamente às exigências do Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação, que basicamente são: (i) o aumento do volume de arrecadação do ICMS; (ii) incremento da geração de empregos; (iii) aquisição de ativo imobilizado; (iv) abertura de novas lojas; e (v) a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no

referido Termo de Acordo. Esses itens dependem apenas da atuação da Companhia, os quais vêm sendo atingidos. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

Esta subvenção vem sendo concedida ao longo dos últimos 9 anos e sua última prorrogação foi em 27 de junho de 2014, com vigência até 31 de maio de 2015. A Companhia apurou o montante de R\$ 55.944 de subvenções governamentais referentes ao RET no Estado do Ceará no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 65.659 em 2013).

A Companhia também possui um regime especial de tributação relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado de Goiás, limitando os créditos de ICMS nas aquisições interestaduais de mercadorias ao percentual de 7%, permitindo ainda o estorno de parte dos débitos de ICMS nas operações interestaduais de transferências e devidamente formalizado através do Termo de Acordo de Regime Especial entre a Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás e a Companhia, conforme o amparo no Decreto no 4.852/97.

Esta subvenção foi concedida em 25 de abril de 2014, com prazo de vigência indeterminado, desde que a Companhia cumpra as metas de recolhimento e pagamento do ICMS normal devido ao Estado de Goiás. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

A Companhia apurou o montante de R\$ 11.660 de subvenções governamentais referentes ao RET no Estado de Goiás no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Os valores apurados das subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e, dessa forma, devidamente apropriados em conta de reserva, destinados anualmente para a reserva de incentivo fiscal.

24 Receita operacional líquida

A receita da Companhia engloba o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e, como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário. Abaixo, apresentamos a formação da Receita operacional líquida:

	31.12.2014 (12 meses)	31.12.2013 (12 meses)
Receita operacional bruta	4.377.694	3.719.249
Venda de mercadoria	4.368.193	3.714.397
Serviços prestados	9.501	4.852
Deduções	(162.063)	(137.620)
Impostos sobre vendas	(132.836)	(111.567)
Devoluções e abatimentos	(29.227)	(26.053)
Receita operacional líquida	4.215.631	3.581.629

Em relação às comissões classificadas dentro da rubrica de serviços prestados, a Administração considerou que os seguintes fatores indicam que a Companhia atua como um agente:

- A Companhia não detém o título e nem está exposto ao risco dos estoques referentes aos produtos, e não possui qualquer responsabilidade sobre os produtos vendidos;
- Apesar da Companhia coletar a receita do cliente final, todo o risco de crédito fica a encargo do fornecedor dos produtos; e
- A Companhia não pode variar os preços de venda estabelecidos pelo fornecedor.

25 Despesas com vendas, administrativas e gerais

	31.12.2014 (12 meses)	31.12.2013 (12 meses)
Despesas com vendas		
Veiculação, publicidade e produção	(26.272)	(25.207)
Patrocínio, shows, eventos, premiações e Dotz	(5.438)	(5.179)
Taxas de administração de operadoras de cartões	(42.476)	(36.657)
Outras despesas com vendas	(709)	-
	<u>(74.895)</u>	<u>(67.043)</u>
Subtotal		
	<u>(74.895)</u>	<u>(67.043)</u>
Despesas administrativas e gerais		
Despesas com pessoal	(577.056)	(457.420)
Despesas com ocupação	(190.023)	(144.475)
Despesas com utilidades e serviços	(46.980)	(41.096)
Impostos, taxas e contribuições	(14.414)	(11.152)
Despesas gerais	(111.185)	(100.431)
	<u>(939.658)</u>	<u>(754.574)</u>
Subtotal		
	<u>(939.658)</u>	<u>(754.574)</u>
Total	<u>(1.014.553)</u>	<u>(821.617)</u>

Até 31 de dezembro de 2013, em conformidade com o CPC 8 (R1) (IAS 39) - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, a Companhia capitalizou os gastos relacionados à oferta pública de ações, no total de R\$ 4.991, compondo o maior valor do saldo da conta de pagamentos antecipados no ativo circulante, que também é formado por outros pagamentos antecipados. Em 31 de dezembro de 2013, o valor das capitalizações efetuadas nos últimos três exercícios sociais foi revertido contra resultado. Em 2014 não houve capitalizações.

26 Receitas e despesas financeiras

	31.12.2014 (12 meses)	31.12.2013 (12 meses)
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	12.769	6.808
Ganhos com operações de <i>swap</i> – <i>AVM</i>	70.896	25.318
Variação cambial	32.691	15.080
Juros sobre capital próprio	1	1
Atualização monetária	1.814	631
Outros juros	20	23
	<u>118.191</u>	<u>47.861</u>
Total de receita financeira	<u>118.191</u>	<u>47.861</u>
Despesas financeiras		

	31.12.2014	31.12.2013
	(12 meses)	(12 meses)
Juros	(59.277)	(49.961)
Perdas com operações de <i>swap</i> – <i>AVM</i>	(42.874)	(14.376)
Comissões e despesas bancárias	(711)	(2.104)
IOF	(168)	(2.241)
Ajustes a valores presentes	(58.436)	(41.419)
Variação cambial	(94.961)	(27.348)
Atualização monetária	-	(5)
Descontos concedidos	(7)	(14)
Total de despesa financeira	(256.434)	(137.468)
Resultado financeiro	(138.243)	(89.607)

Os valores de R\$ 55.950 e R\$ 46.455 em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, são apresentados na Demonstração do fluxo de caixa e referem-se à juros de financiamentos e empréstimos, estes saldos compõem o valor acima apresentado na linha de Juros, como Despesas financeiras.

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, operações de swap, financiamentos e empréstimos e debêntures.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em suas debêntures (cláusulas restritivas).

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco revisando e estabelecendo

políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo:

- **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Exposição a riscos de crédito

A Administração entende que a Companhia possui baixo risco de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais, não possuindo qualquer cliente que exceda o limite de 10% da receita bruta e as suas vendas são efetuadas à vista (dinheiro), portanto sem risco, ou via cartões de crédito, cujos repasses são responsabilidade das administradoras de cartões.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, Cielo e Redecard, com *rating* AAA pela agência *Fitch Ratings*. Por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito investindo apenas em títulos com alta liquidez e de instituições financeiras de primeira linha, líderes de mercado. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos das instituições financeiras em que opera. Por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

Contas a receber de clientes

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data dessas demonstrações financeiras foi:

	31.12.2014	31.12.2013
Contas a receber de clientes	219.875	170.328
	<u>219.875</u>	<u>170.328</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis em 31 de dezembro de 2014 e 2013 por tipo de contraparte foi:

	31.12.2014	31.12.2013
Cartões de crédito	193.722	153.781
Convênios	25.081	15.675
Comissões	1.072	872
	<u>219.875</u>	<u>170.328</u>
	31.12.2014	31.12.2013
A vencer		
1 a 30 dias	105.109	70.816
31 a 60 dias	39.657	45.603

61 a 90 dias	33.847	25.413
Acima de 90 dias	15.109	11.949
Total	193.722	153.781

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existem saldos vencidos decorrentes de contas a receber de clientes. A Companhia entende que não há necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 288.996 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 260.112 em 31 de dezembro de 2013), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras com os *ratings* abaixo listados:

Instituição financeira	Ratings pela agência Fitch
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	AAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA
Banco Bradesco S.A.	AAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA
Banco do Brasil S.A.	AAA
Banco Safra S.A.	AAA

- **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos até a data-base das informações trimestrais, estão demonstradas a seguir:

	Valor contábil	Valor contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2014						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	288.996	288.996	288.996	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	219.875	219.875	219.875	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 14)	658.443	658.443	658.443	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	578.680	554.646	193.902	177.225	150.208	33.311
Debêntures (nota 16)	343.397	344.000	120.000	114.666	109.333	-
Em 31 de dezembro de 2013						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	260.112	260.112	260.112	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	170.328	170.328	170.328	-	-	-

Fornecedores sem efeito do AVP (nota 14)	566.702	566.702	566.702	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	386.172	360.295	136.550	106.248	117.497	-
Debêntures (nota 16)	317.362	316.667	86.667	120.000	110.000	-

- **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se aos riscos relacionados ao aumento dos preços dos medicamentos e às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

O risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

Sobre o risco proveniente das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira a Companhia utiliza-se de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

E ainda, a Companhia adota a política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja exposição significativa a nenhuma das duas modalidades.

Os financiamentos e empréstimos atrelados a taxas de juros variáveis e aos *swaps* são monitorados através de análises de sensibilidades.

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre a ponta ativa do *swap* atrelados à moeda estrangeira dólar norte-americano (USD). Portanto, a Companhia fica sujeita ao risco da baixa do dólar, em virtude de ter trocado a sua ponta passiva por CDI. O dólar encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2014 com a variação positiva de 13,39% em relação à última cotação do exercício de 2013.

Como estratégia para mitigação dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração contrata instrumentos financeiros derivativos (*swaps* tradicionais), suscetíveis também à variação cambial. A Administração contrata instrumentos financeiros para anular sua exposição aos riscos de câmbio. A contraparte desses *swaps* tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos). Essas operações de *swap* referenciados em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (vide nota explicativa 15) para moeda e taxa de juros locais, variando entre 0,93% a 2,20% do CDI. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2014, um valor de referência de R\$ 415.609 (R\$ 187.869 em 31 de dezembro de 2013). Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros.

A Companhia tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

Os saldos do efeito do *swap* atrelado ao dólar e a exposição cambial são demonstrados a seguir:

Saldo <i>swap</i>	31.12.2014	31.12.2013
Ativos em moeda estrangeira (a)	50.895	14.515
Passivos em moeda estrangeira (b)	-	-
Superávit/ (Déficit) apurado (a-b)	<u>50.895</u>	<u>14.515</u>
 Exposição cambial	 31.12.2014	 31.12.2013
Saldo da dívida atrelado ao dólar	(435.663)	(264.118)
Ponta ativa dos contratos <i>swap</i> atrelados à dívida	<u>435.663</u>	<u>264.118</u>
Exposição cambial	<u>-</u>	<u>-</u>

Considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de *swaps* tradicionais, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não causa efeitos relevantes nas informações trimestrais da Companhia, razão pela qual a Companhia considera que as análises de sensibilidade não são representativas.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2014 (saldo contábil tendo por base o CDI de 10,77% acumulado nove meses) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção do CDI considerando o exercício base de 31 de dezembro de 2014, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre janeiro de 2015 e janeiro 2029) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2014:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
CDI					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(79.075)	(1.149)	(3.600)	(6.051)
Financiamentos e empréstimos (com swap)	Alta do CDI	(435.663)	(2.569)	(7.414)	(12.264)
Debênture	Alta do CDI	(343.397)	(6.234)	(17.189)	(28.144)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	236.492	-	(6.471)	(12.942)

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2013:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
CDI					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(116.208)	(3.187)	(6.215)	(9.243)
Financiamentos e empréstimos (com swap)	Alta do CDI	(264.118)	(2.098)	(4.324)	(6.550)
Debênture	Alta do CDI	(317.362)	(10.451)	(19.427)	(28.403)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	239.953	(4.175)	(10.030)	(15.885)

De acordo com as análises apresentadas, a Companhia apuraria despesa nos cenários Provável, I e II. A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida à TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP é de R\$ 301 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 521 em 31 de dezembro de 2013). A administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. A Administração não possui planos relacionados à remuneração de seus empregados por meio de pagamento baseado em ações ou opções.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão identificados a seguir:

Descrição	31.12.2014		31.12.2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	288.996	288.996	260.112	260.112
Arrecadação de recursos de terceiros	8.891	8.891	12.072	12.072
Contas a receber de clientes	219.875	219.875	170.328	170.328

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

	31.12.2014		31.12.2013	
Descrição	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	(345.635)	(345.635)	(344.407)	(344.407)
Financiamentos e empréstimos	(578.680)	(613.740)	(386.172)	(367.532)
Debêntures	(343.397)	(342.981)	(317.362)	(301.901)
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	28.023	28.023	10.941	10.941

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (fair value)

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

Arrecadação de recursos de terceiros

Correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, em que a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em nossa rede de farmácias, que precisam ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curtíssimo prazo das operações realizadas.

Contas a receber de clientes

Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, bem como ajustados a valor presente. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

Financiamentos e empréstimos e Debêntures

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e ao CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas informações trimestrais em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2015 e 2026, apurados na data de apresentação das informações trimestrais.

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras.

Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração.

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2014:

Descrição	31.12.2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Financiamentos e empréstimos	-	(613.740)	-
Debêntures	-	(342.981)	-
Instrumentos financeiros derivativos – ganho (perda)	-	28.023	-

Em 31 de dezembro de 2013

Descrição	31.12.2013		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Financiamentos e empréstimos	-	(367.532)	-
Debêntures	-	(301.901)	-
Instrumentos financeiros derivativos – ganho (perda)	-	10.941	-

Os ganhos ou perdas totais dos instrumentos financeiros derivativos classificados no nível 2, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (ganho de R\$ 28.023) e em 31 de dezembro de 2013 (ganho de R\$ 10.941), foram reconhecidos no resultado do exercício e estão apresentados na demonstração de resultado, nas contas de receitas e despesas com operações de *swap*, para passivos mantidos na data das demonstrações financeiras (vide nota explicativa 26). Não houve transferências entre os níveis para os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com *swap* estão impactando o grupo de Financiamentos e empréstimos (vide nota explicativa 15) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide nota explicativa 26).

Com o objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações do câmbio foram realizadas operações de *swap* para converter as dívidas indexadas ao dólar para CDI.

A Companhia realizou operações de *swap* com instituições financeiras líderes do mercado as quais possuem *ratings* classificados como AAA. A Companhia recebe juros variáveis entre

1,76% a 4,84% a.a. sobre o valor nocional em dólar (ponta ativa) e paga entre 0,93% a 2,20% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do período/exercício.

	Valor Principal (R\$ mil)				Valor Justo (R\$ mil)		(Perda)/ Ganho Realizado	(Perda)/ Ganho Realizado
Fluxo	31.12.2014	31.12.2013	Índice	Taxa a.a.	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Swap CDI vs. Taxa Flutuante em US\$								
Ativo	490.080	279.723	US\$ +	1,76% a 4,84%	50.895	14.515		
Passivo	439.185	265.208	CDI +	0,93% a 2,20%	-	-		
Líquido	50.895	14.515			50.895	14.515	(8.358)	(98)

28 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 407.166. Nossas principais apólices de seguros são apólices de riscos nomeados e cobrem a matriz e o Centro de Distribuição da Companhia, a frota de veículos automotores e a aeronave.

Tais apólices foram contratadas com as seguradoras Liberty e Bradesco, com vigência até 15 de junho de 2015 (Veículos), 22 de setembro de 2015 (Veículos), 17 de janeiro de 2016 (Sede), 28 de fevereiro de 2016 (Centro de Distribuição Fortaleza), 28 de fevereiro de 2016 (Centro de Distribuição Hidrolândia) e 05 de janeiro de 2016 (Aeronave), referentes aos seguintes riscos e com os seguintes limites máximos de responsabilidade (ou LMR):

Modalidade	31.12.2014	31.12.2013
Incêndio, Raio e Explosão ou Implosão (Centro de Distribuição e Sede)	238.000	181.000
Danos materiais (Aeronave)	17.956	15.836
Danos materiais (Veículos)	2.900	2.200
Subtotal Danos materiais	258.856	199.036
Responsabilidade civil	132.810	117.130
Danos elétricos e Equipamentos eletrônicos	12.500	3.000
Lucros cessantes	3.000	1.500
Total	407.166	320.666

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

* * *

Francisco Deusmar de Queirós
Presidente

Josué Ubirnilson Alves

Diretor Vice-presidente

Carlos Henrique Alves de Queirós

Diretor de Expansão e Novos negócios

Mario Henrique Alves de Queirós

Diretor de Planejamento e Relações com investidores e Financeiro

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues

Diretora Comercial

Edson de Arruda Câmara Júnior

Diretor de Operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes

Diretor de Sistemas e Logística

Marcos Ezequias Cavalcante Costa

Contador CRC CE 8408